



Brasília, 06 de outubro de 2017.

Plantão de Direção: Rogério, Angela, Robertinho, Lucivaldo e Lazaro Manoel.

INFORMES NACIONAIS

Agenda envolvendo Ato Nacional, Seminário LGBT e Plenária Nacional da Fasubra

No **dia 19** de outubro acontece o **Ato Nacional em Defesa da Educação Pública e Soberania Nacional**, na Concha Acústica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) às 14h. Essa atividade, deliberada em nossa última plenária nacional, busca fortalecer a unidade do campo da educação, sindical e estudantil, na resistência aos ataques que vem sendo promovidos pelo Governo Temer. Para tanto, estamos orientando atos em todo o país nessa data, e em especial, a ida dos delegados e delegadas de todo o país, da plenária nacional, para se somarem a esta atividade, bem como caravanas de entidades próximas do Rio de Janeiro, para engrossarmos nossas fileiras nessa manifestação de rua.

Dando sequência a esta agenda, no **dia 20** teremos o **seminário nacional LGBT** da Fasubra, também no Rio de Janeiro, cuja programação será encaminhada no próximo informativo da direção da Fasubra, e nos **dias 21 e 22** de outubro, acontece nossa próxima **plenária nacional**.

Pauta

Nesta Plenária serão apresentados os informes nacionais e de base, será realizada a análise de conjuntura, indicativo de greve, o Congresso da FASUBRA (CONFASUBRA) e encaminhamentos.

Credenciamento On Line

O credenciamento online para próxima Plenária Nacional da FASUBRA Sindical que acontece de 20 a 22 de outubro no Rio de Janeiro-RJ, já está disponível no link: <https://form.jotformz.com/61373487068666>.

As entidades filiadas devem encaminhar no prazo de quatro dias antes da Plenária:

- Comprovante de pagamento da mensalidade com a FASUBRA;
- Ata com o nome dos delegados titulares eleitos e suplentes;
- Lista de presença em papel timbrado digitalizada ou as folhas digitalizadas do livro de ata em que estiver o registro da assembleia;
- Informe de Base (IB) digital – em Word – para ser disponibilizado na pasta dos delegados, a fim de que, todos os presentes tenham acesso às informações.
- O Informe de Direção (ID) também será disponibilizado na pasta dos delegados.

A FASUBRA enviará o comprovante de credenciamento ou informação de pendências, no máximo 24 horas antes da realização da Plenária. O local do evento será divulgado em breve.

Serviço

Plenária Nacional Estatutária

Data: 21 e 22 de outubro de 2017

Hora: 9h

Local: Rio de Janeiro

Informações de hospedagem

Hotel Golden Park Rio - Rio de Janeiro-RJ

1) Apartamento Single - R\$ 154,00

2) Duplo - R\$ 165,00

3) Triplo - R\$ 198,00

Endereço -R. do Rússel, 374 - Glória, Rio de Janeiro - RJ, CEP. 22210-010

Telefone: (21) 2555-2700

Rio de Janeiro-RJ

Contato para reservas - Joice Gums

e-mail: reservas@goldenparkrio.com.br

www.nacionalinn.com.br

Complemento ao Relatório da Plenária da Fasubra, enviado no ID de 20 de setembro de 2017

- 1)Agradecimento – A plenária nacional da Fasubra agradece os esforços e suporte desenvolvidos pelo SINTUFEPE UFRPE e UFPE para o bom desenvolvimento de todas as atividades previstas.
- 2)Prestação de Contas – a Plenária Nacional, após apresentação do relatório do Conselho Fiscal e debate, deliberou pela aprovação das contas da Federação referentes ao exercício 2016
- 3)Projeto Memória – A Plenária Nacional da Fasubra aprova a retomada do Projeto Memória
- 4)Resoluções encaminhadas para a DN analisar e ajustar, posteriormente à plenária, em conformidade com as políticas da Federação

Lutar não é crime!

- Criar uma comissão para apurar os dados e as diversas formas de criminalização do movimento e perseguição aos ativistas a partir de uma reunião com o coletivo jurídico sobre esse tema.
- Trabalhar o tema como um problema coletivo e não individual
- Levantar dados estatísticos, sentar com Andifes, denunciar as diversas perseguições
- Campanha em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, chamando Andifes e outros setores como SOS Educação
- Construir e fortalecer os fóruns do funcionalismo envolvendo diversas categorias municipais, estaduais e federais.
- Enviar carta as centrais propondo a construção de uma nova greve geral .
- Organizar os GTs dos HUs

Propor ao Fonasefe uma nova plenária ampliada, envolvendo desta vez também os movimentos sociais e estudantis.

Campanha positiva nas mídias sociais sobre as conquistas e a importância do serviço públicos das unidades e institutos federais

A Fasubra intensificará ações na campanha em defesa da UERJ, participando da luta em defesa das estaduais.

Incorporar na jornada de lutas da Fasubra o calendário das centrais

- Delegar à DN a possibilidade de convocar Caravana em outubro - Ocupa Brasília

- 11/nov entrega no CN PL de incentivo popular pela revogação da Reforma Trabalhista

A Fasubra Sindical participa e orienta as suas entidades de base a participar da campanha de massa a favor de um projeto de lei de iniciativa popular (PLIP) que revogue a contrarreforma trabalhista participando ativamente da agitação em torno do projeto e do recolhimento das assinaturas necessárias a sua tramitação

Novembro → indicativo de greve geral para levar às centrais

No ramo da Educação:

- Construção de Audiência Pública no congresso nacional.

- Apresentar para os candidatos do campo educativo e popular a revogação dos projetos aprovados que retiram os direitos com a reforma trabalhista

A) Em defesa da Educação superior

- Incorporar o calendário das centrais
- Investir em ações conjugadas com entidades nacionais e locais da educação do serviço público
- Propor os reitores e Andifes realizações de assembleias universitárias.
- Realiza audiência públicas nas câmaras municipais e assembleias legislativas
- Participar da semana nacional de ciências e tecnologia de 23 á 29 de outubro

B) Em defesa da carreira

- Primavera de lutas
- Elaborar materiais /eventos mostrando as conquistas da categoria (peças teatrais seminários ,conferencias ,cartilhas entre outros)
- Realizar pressão junto aos parlamentos nos estados e em Brasília
- Debater a construção de plenárias regionais com atos de denuncia.

Internacional

- A plenária nacional da Fasubra se posiciona em defesa do povo venezuelano, contra as sanções econômicas e ameaças de intervenção militar por parte de Trump (EUA)e governos locais da região, inclusive do ilegítimo governo Temer .

- Que a Fasubra acompanhe as agendas das Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo

- Avaliar a produção de Cartilha tendo como público principal os ingressos nas IFES:
Explicando: o que é sindicato, federação, sobre construção de carreira e etc. Reimprimir a cartilha da universidade cidadã.

Apoio à paralisação dos empregados da Ebserh e retorno imediato da alimentação dos plantonistas dos HUS

- 5)A plenária indica que o Sintufep/UFPE debata em sua base sobre opressões, homofobia e transfobia .

6)Moções

6.1)Moção de apoio

A plenária nacional apóia a luta dos aposentados e pensionistas do SINTUFF, quanto ao ataque que estamos sofrendo pela reitoria.

- 1-Por conta de um processo de um aposentado que colocou na justiça solicitando o retroativo do reposicionamento a CGU e a AGU mandou este processo para a reitoria. Esta decidiu por anular o reposicionamento e encaminhar ao CUV que revogue a decisão 050/2008, cujo teor corrigiu uma injustiça e reposicionou mais de 1200 (mil e duzentos) aposentados na carreira.
- 2-Outro ataque foi notificar 278 aposentados e pensionistas que supostamente estaria recebendo a mais em seus vencimentos por erro administrativo no enquadramento em 2005.
A Plenária Nacional repudia essas ações administrativas, e conclama ao respeito aos direitos dos aposentados e pensionistas da UFF.

6.2) Moção de apoio

Diante da deflagração da greve dos trabalhadores em educação do Rio Grande do Sul, organizados pelo CPERS Sindicato e ao descaso do governo de Ivo Sartori do PMDB que parcela os salários dos servidores públicos estaduais, chegando a pagar apenas R\$350,00 no início do mês de setembro, a Fasubra sindical declara total apoio a greve do CPERS sindicato.

6.3) Moção de repúdio

Os delegados e delegadas reunidos em sua plenária nacional nos dias 15,16 e 17 de setembro aprovam a moção de repúdio aos ataques que estão acontecendo no Rio de Janeiro às casas ou terreiros de políticas de religião africana, cometendo a intolerância religiosa.

Bem como somos contrários a todos os atos de discriminação que vem acontecendo no âmbito das universidades e em varias cidades do nosso país.

Nossa federação tem uma politica de combate a todos estes atos e não poderia deixar de se manifestar contra atitudes que não contribuem para uma sociedade livre e democrática com igualdade para todos.

6.4) Moção de Solidariedade

Os servidores técnicos administrativos reunidos em Plenária da categoria, na cidade de Recife/PE, em 16 e 17 de setembro de 2017, vem a público manifestar seu total apoio e solidariedade aos trabalhadores e trabalhadoras do Instituto Federal Catarinense (IFC) de Abelardo Luz, com destaque ao servidor docente Ricardo Scopel Velho, ao servidor técnico-administrativo Maicon Fontanive, assim como a Reitora do campus, Sônia Regina de Souza Fernandes.

O ataque desferido ao Instituto Federal Catarinense (IFC) de Abelardo Luz, representado pelos seus servidores, vai além de um caso isolado. Ele acontece em um contexto onde os direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores, conquistados arduamente, estão sendo negados pelo poder vigente, representado pelo executivo, parlamento e pelas cortes de justiça, sendo que estes estão sendo alvo de denúncias de corrupção e favorecimento aos banqueiros, aos grandes grupos econômicos nacionais e multinacionais, assim como aos latifundiários.

A ação da Justiça Federal, através da 1ª Vara Federal de Chapecó, determinou em 16 de agosto de 2017 o afastamento do diretor Ricardo Velho e do coordenador pedagógico Maicon Fontanive, gestores do Instituto Federal Catarinense (IFC) de Abelardo Luz, Oeste de Santa Catarina, onde celulares e computadores pessoais dos dirigentes do IFC foram confiscados e foi pedido, pelo MPF, a quebra de sigilo de e-mails dos trabalhadores.

O MPF usou a alegação estapafúrdia de que há "suspeita de interferência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na gestão do campus". A falta de rigor nas ações da justiça, neste caso, chegou a tal ponto que o Ministério Publica Federal solicitou, também, que "as pessoas nomeadas, em sua substituição para essas funções, neste momento, não tenham qualquer vinculação com o MST". Esta solicitação, dá a entender que o MST se constitui em uma organização fora da lei, criminosa, aliás, tal como temos visto nos discursos dos que representam os grandes latifundiários e dos que constituem a chamada "bancada da bala" no congresso nacional.

Por outro lado, esta mesma "justiça" jamais questionou o envolvimento do judiciário brasileiro na soltura de criminosos condenados ou dos cursos universitários que são organizados para atender as demandas do capital, das grandes empresas, mesmo que estas não tenham o menor compromisso com o desenvolvimento e a soberania nacional.

Após o golpe militar de 1964 os cursos de administração pública, voltados para a administração estatal, foram extintos ou transformados em difusores dos preceitos do mercado, atuando como pensamento único no campo político ideológico, onde pouco ou nada tem haver com a administração pública, seja ela municipal, estadual ou federal. Do mesmo modo os cursos de engenharias, medicina, direito, entre tantos, que usam o financiamento público para aprofundar ainda mais as desigualdades no país, concentrando cada vez mais as riquezas nas mãos de uns poucos. Podemos falar, também, dos cursos de jornalismo, que na sua maioria não ofertam em sua grade de disciplinas temas ligados a administração estatal, mas possuem disciplinas e programas para que seus profissionais se sujeitem ao regramento das grandes empresas de mídias e reproduzam informações sem questionamento.

Para nós, os ataques ao IFC é motivado pelo fato de estar na contramão desta lógica, por ele estar cumprindo o que preconiza a Constituição Federal, de 1988, no que se refere a educação, onde diz que em seu artigo 205, "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". A lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), reafirma o que esta na Constituição Federal, logo no primeiro artigo, "A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais" e segue no inciso segundo: "A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social". No capítulo que fala dos Princípios e Fins da Educação Nacional, no artigo segundo, diz; "A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". Diz ainda que a educação se baseara na "valorização da experiência extra-escolar" e na "vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais."

A intervenção nas atividades do IFC de Abelardo Luz fere os princípios da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes Básicas da Educação, pois a ação carece de justificativa plausível para ser aplicada em um estado de direitos, demonstrando-se em ataque político-ideológico contra a diversidade de pensamentos e o fazer pedagógico, onde a educação popular esta sendo criminalizada.

Diante desse fato, repudiamos a iniciativa do MPF, exigimos o arquivamento do processo e nos solidarizamos com os servidores vítimas desta ação.

6.5) Moção de Apoio à Greve dos trabalhadores da EBSEH

A FASUBRA- Sindical manifesta seu apoio ao movimento paredista dos trabalhadores da EBSEH em defesa de suas reivindicações perante a direção da empresa e ao governo.

Na discussão da campanha salarial da Categoria, os dirigentes da empresa, além de não cumprirem com o Acordo Coletivo de Trabalho, ainda anunciaram o corte de benefícios (auxílio transporte, vale alimentação, entre outros), o que ocasionará grandes perdas aos trabalhadores e trabalhadoras da EBSEH.

O momento exige a unidade da classe trabalhadora em defesa dos empregos, salários, condições dignas de trabalho e de todos os direitos conquistados.

6.6) Moção de Solidariedade aos técnico-administrativos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em defesa da democracia.

A frase "Mexeu com um, mexeu com todos" utilizada na plenária nacional da FASUBRA, como campanha de solidariedade aos ativistas que foram criminalizados em diferentes universidades pelo país unicamente por defender os direitos da categoria, aplica-se perfeitamente ao momento político que estamos vivendo na UFRRJ.

Aumentam a cada dia os casos de violência no trabalho e assédio moral e, conseqüentemente, de adoecimento dos trabalhadores. A pressão para que os técnico-administrativos, em número insuficiente, na maioria das vezes assumindo sozinho secretarias e outras tarefas, deem resultados que atendam as exigências das chefias é uma realidade angustiante para os técnicos, que são cobrados até mesmo por ir ao médico.

Somado a isto, a Gestão da UFRRJ impõem uma política de troca de chefias e técnicos de setores, sem qualquer diálogo com os trabalhadores. Desrespeita o Estatuto e se recusa a fazer eleição para Diretor de Campus em Seropédica. As denúncias encaminhadas pelo sindicato são ignoradas. O RJU é desrespeitado, pois as comissões de sindicância não cumprem os prazos legais, ou não são instauradas, ignorando a gravidade das denúncias.

O SINTUR-RJ, mantendo sua política de defesa aos interesses da categoria, desde o início desta Gestão cobrou reunião com a reitoria para discutir todas estas questões. Tivemos desde o início dificuldades em sermos atendidos. As reuniões aconteceram com tempo insuficiente para o debate ou foram desmarcadas.

Diante desta realidade, reiniciamos uma campanha de denúncia de assédio moral ou qualquer tipo de violência no local de trabalho. A reitoria entendeu como uma questão pessoal e adotou uma política de boicote ao SINTUR-RJ. Por exemplo, convidou as representações dos professores e dos estudantes para discutir a questão orçamentária da universidade, na qual propõem até mesmo privatizar setor predominantemente constituído por técnico-administrativos e excluiu desse diálogo o SINTUR-RJ, com o argumento de que estamos atacando a nova Gestão.

No momento em que as políticas reacionárias ocupam mais espaço na sociedade, em que a criminalização ao movimento e aos ativistas se intensifica, ficamos muito preocupados com esta atitude da administração da Instituição.

Diante disso, para que a direção do SINTUR-RJ possa implementar a unidade dos segmentos que compõem a comunitária universitária, defendendo a universidade, conforme enfatizou a ANDIFES em documento recente, e que os técnico-administrativos possam implementar, sem preocupação com retaliação, as deliberações aprovadas por esta plenária, os delegados presentes na Plenária Nacional da FASUBRA reunidos no dia 18/09/2017 aprovam esta Moção de Solidariedade a todos os ativistas da direção do SINTUR-RJ e a todos os técnico-administrativos da UFRRJ e uma solicitação ao Reitor de que respeite o papel reivindicatório que ocupa o SINTUR-RJ, reconhecido nacionalmente, e que promova o diálogo com o sindicato, como prova de respeito a toda a categoria e interesse de uma política de defesa da universidade.

6.7) Moção Contra o fechamento da UERJ

Os servidores técnicos administrativos reunidos em Plenária da categoria, na cidade de Recife/PE, em 16 e 17 de setembro de 2017, manifestam-se contrários ao sucateamento da Instituição, e ao brutal ataque pelo qual passam os trabalhadores. Não suficiente, o Governo Federal agora propõe o fechamento da Instituição, reduzindo assim o acesso ao ensino superior público, e ignorando os direitos trabalhistas. Essa face mais cruel do Estado neoliberal merece nosso amplo repúdio, e a somatória de forças em defesa de um patrimônio e serviço público que pertencem por direito ao povo do Rio de Janeiro. Em defesa da UERJ, contra o fechamento, o sucateamento e a supressão de direitos trabalhistas.

6.8) Moção de apoio aos professores da rede estadual de São Paulo e as más condições de trabalho e segurança nas escolas

Os servidores técnicos administrativos reunidos em Plenária da categoria, na cidade de Recife/PE, em 16 e 17 de setembro de 2017, vem a público manifestar sua inconformidade diante das más condições de trabalho e de segurança nas escolas da rede estadual de São Paulo. Manifestamos nossa solidariedade aos professores da rede estadual, e nos somamos nas campanhas que visem alterar essa triste realidade.

6.9) Apoio aos estudantes do Ocupa UFPE

A Comissão de Inquérito que julgava os participantes da ocupação do Centro de Artes e Comunicação (CAC) da UFPE, que ocorreu no final do ano passado como parte do Ocupa UFPE, decidiu pela expulsão dos estudantes Charly Souza, João Ricardo Silva, Leon Sousa, Luan Melo, Rosa Amorim e Thaís Barros. A Comissão, criada pela reitoria, tinha o único intuito de perseguir e expulsar os estudantes, sem nenhuma prova de que estes tiveram alguma relação com as acusações às quais estão sendo condenados. A decisão sobre as expulsões seguiu para o aval do reitor Anísio Brasileiro.

Consideramos que não é por acaso que esta Comissão de Inquérito tenha escolhido a dedo, entre as centenas de estudantes que participaram e construíram de forma horizontal o Ocupa UFPE, quem punir. Escolheram aqueles que participam do movimento estudantil e dos diretórios acadêmicos, usando-os para intimidar de agora em diante todo e qualquer estudante que ouse lutar em defesa da universidade pública. Numa clara perseguição aos que lutaram contra as medidas de desmonte praticadas pelos golpistas Temer e Mendonça Filho, pretendem, como na ditadura militar, calar a voz dos estudantes para que estes não se mobilizem e aceitem calados o sucateamento e posterior pagamento de mensalidades nas universidades públicas.

Não podemos aceitar que estes seis lutadores sejam expulsos para agradar o Governo, apenas para que a reitoria tente se promover com os golpistas. Não podemos aceitar que os que lutam sejam criminalizados. É hora de toda a comunidade acadêmica se levantar e dizer para a reitoria que nenhuma perseguição política será tolerada. Nos somamos a todos os estudantes, sindicatos, grêmios, diretórios acadêmicos e movimentos sociais de Pernambuco e de todo o país estão se solidarizando e divulgando notas de solidariedade aos estudantes perseguidos, e exigimos da administração que esta reveja sua conduta em relação à expulsão dos estudantes.

6.10) Repudio ao assedio e machismo no meio sindical

Os servidores técnicos administrativos reunidos em Plenária da categoria, na cidade de Recife/PE, em 16 e 17 de setembro de 2017, vem reafirmar a necessidade de lutarmos contra as opressões, em todos os espaços de atuação, dentre os quais se inclui o terreno sindical. A ação permanente contra o machismo e o assédio é uma necessidade permanente de ser desenvolvida, para que efetivamente se altere as percepções e relações de opressão existentes entre homens e mulheres, e se erradique essa cultura burguesa e oprimadora dos espaços que estamos construindo.

6.11) Reforma política

Os servidores técnicos administrativos reunidos em Plenária da categoria, na cidade de Recife/PE, em 16 e 17 de setembro de 2017, vem a público se manifestar contrariamente à reforma política promovida pelo governo golpista de Temer. Em meio à imoralidade que assola os poderes públicos, essa reforma visa assegurar maior estabilidade das elites no domínio da máquina pública, afastando as condições democráticas para a participação de siglas que não fazem parte da rede sustentada pelo grande capital.

6.12) Moção de apoio ao plano de lutas dos trabalhadores da UEA

Os servidores técnicos administrativos reunidos em Plenária da categoria, na cidade de Recife/PE, em 16 e 17 de setembro de 2017, apoiam os pontos de pauta dos servidores da UEA (Universidade do Estado do Amazonas), como enquadramento por tempo de serviço, cumprimento da data-base, cumprimento do escalonamento, promoção dos técnico-administrativos em educação, retorno do ticket-alimentação, e plano de saúde. A negociação é condição indispensável no estabelecimento de relações de trabalho, e neste sentido solicitamos providências ao Governador do Amazonas (David Almeida) e ao Reitor da UEA (Prof. Dr. Cleinaldo de Almeida Costa).

6.13) Moção de Repúdio

Os servidores técnicos administrativos reunidos em Plenária da categoria, na cidade de Recife/PE, em 16 e 17 de setembro de 2017, vem manifestar sua solidariedade com a base da ASSUFBA/ UFRB, em defesa da autonomia universitária, em virtude da violência contra o congresso da UFRB e a omissão da AGU na cassação de liminar que atenta contra a autonomia

6.14) Apoio ao companheiro Paulo Abdala

Os trabalhadores técnico-administrativos das Universidades Públicas do Brasil reunidos em plenária na cidade do Recife nos dias 15 a 17 de setembro, vem apresentar votos de solidariedade ao companheiro Paulo Abdala, combativo e histórico lutador em prol de uma sociedade mais justa e de uma classe trabalhadora mais forte. O companheiro está passando no momento por ataque a livre organização sindical, por ser representante da categoria dos Taes na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB. A Plenária repudia toda e qualquer tentativa de calar a voz, e ou obstacularizar a luta daqueles que se dedicam pela organização da classe trabalhadora.

Relatório da Reunião do FONASEFE – Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais – 4.10.17.

Sede do ANDES-SN, 15 horas.

Entidades presentes: **ANDES-SN** (Jacob Paiva e Cláudio Ribeiro) – **ASFOC-SN** (Luciana Lindenmeyer e Apoena Faria/Assessoria) - **ASSIBGE-SN** (Pedro Pedrosa) - **CONDSEF** (Denilma Magalhães e Rogério Expedito) - **CSP/CONLUTAS** (Saulo Arcangeli) – **FASUBRA** (Robertinho, Lázaro M. Rodrigues, Lucivaldo Alves dos Santos e Angela Maria Targino Silva) – **FENAJUFE** (Adriana Faria, Mara Rejane Weber e José Rodrigues Costa Neto) - **SINAIT** (Marco Aurelio Gonsalves) - **SINAL** (Daro Marcos Píffer) - **SINASEFE** (Paulo Reis).

Pauta aprovada:

1. Informes das Entidades.
2. Campanha de Valorização do Serviço Público (ANDES-SN e CONDSEF);
3. Jornal do Fonasefe
4. Avaliação da Plenária dos Trabalhadores da Indústria do dia 29.09.17.

4. Encaminhamentos.

Iniciou-se a reunião às 15h20 e os trabalhos da Mesa Diretora ficaram com a responsabilidade de Luciana Lindenmeyer (ASFOC-SN) e Saulo Arcangeli (CSP/CONLUTAS), com relatoria de Marcelo Vargas (CNESF).

1. Informes das Entidades.

ANDES-SN - Aconteceu na cidade de São Luis (MA), nos dias 29 e 30 de setembro, o XIX Encontro de Assuntos de Aposentadoria que teve como tema "Aposentadoria como direito à vida em tempo de ataques às conquistas dos trabalhadores". Ocorreu, nos dias 30/09 e 1º/10, no CEFET-MG em Belo Horizonte, a 3ª etapa do Curso de Formação Sindical com o tema "LGBTfobia, luta de classe e revolução".

Houve reunião do Fórum dos SPF RJ dia 05/10, na sede da Secretaria Regional do Andes para, dentre outras pautas, organizar Ato em defesa da Educação Pública no Rio de Janeiro do dia 19/10 e o Dia Nacional de lutas, mobilização e paralisação em defesa do serviço público de 27/10. A próxima reunião do Fórum dos SPF do Rio será dia 16/10, no mesmo local. Haverá reunião conjunta do Setor das IFES e do Setor das IEES/IMES do ANDES-SN dia 06/10, em Brasília. Haverá reunião do Setor das IFES nos dias 20 e 21/10, em Brasília.

ASFOC-SN – A ASFOC-SN segue em mobilização permanente. Participamos no dia 03 de ação conjunta com Confederação das Mulheres do Brasil, em Brasília pela revogação da Reforma Trabalhista. No Rio de Janeiro participamos do Ato pela Soberania Nacional e contra as privatizações. Internamente estamos priorizando a discussão do VIII Congresso Interno como principal órgão deliberativo da instituição, buscando alternativas para o momento atual. Estamos acompanhando e nos organizando para levar ações para as ruas no dia 27.10.17. Seguiremos fortalecendo a unidade das ações construídas no Fórum Nacional e em outros espaços coletivos para barrar os ataques em curso.

CSP CONLUTAS - O Congresso da CSP CONLUTAS acontecerá de 12 a 15 de outubro em Sumaré/SP. Dentre os pontos de pauta teremos Conjuntura Internacional e Nacional, Plano de Ação e um Painel sobre 100 anos da Revolução Russa. Logo após, acontecerá nos dias 16,17 de outubro o 1º Encontro da Classe Trabalhadora das Américas, iniciativa da Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas (RSISL), com a previsão de mais de 10 países presentes e setores da Indústria, Mineração, Petróleo, Comunicação, Transportes, Educação, Funcionalismo Público e Movimento Popular. Participamos na última sexta-feira(29) da Plenária dos Trabalhadores da Indústria que reuniu aproximadamente 1500 trabalhadores(metalúrgicos, petroleiros, trabalhadores da indústria química, naval, alimentação, metróvários, eletricitários, construção civil, dos Correios, aposentados, o Fonasefe -Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais, entre outros) e representações das centrais CSP-Conlutas,CUT, Força Sindical, Intersindical, CGTB e CTB que aprovou um manifesto “Um chamado à luta dirigido à classe trabalhadora brasileira” e a definição de um novo “Dia Nacional de Luta e Defesa de Nossos Direitos”, com greves, paralisações e manifestações, em 10 de novembro, véspera da entrada em vigor da Reforma Trabalhista. A central participou desde as primeiras horas da manhã desta terça-feira (3), juntamente com os servidores públicos, petroleiros, bancários, professores, trabalhadores da iniciativa privada e desempregados da mobilização no Rio de Janeiro, com paralisações, greves e protestos contra a privatização de empresas públicas e as reformas Trabalhista e da Previdência. Foram realizadas ações em outros estados, como parte desse Dia Nacional de Luta contra as privatizações e a venda de empresas públicas pelo Temer.

A CSP CONLUTAS permanece na defesa da imediata preparação de uma Greve Geral que derrote os planos de ajuste fiscal do governo federal e, por conseguinte, dos governos estaduais e municipais.

FASUBRA - CALENDÁRIO DE LUTA. APROVADO EM ULTIMA PLENÁRIA DA FASUBRA. Dia 03/10- Ato em Defesa da Soberania Nacional de Lutas nas universidades-Rio de Janeiro. Dia 01/10 a 15/10/17- Estamos orientando também uma rodada de assembleias na primeira quinzena de outubro para que todas as bases possam discutir essas propostas de Indicativo de Greve para dia 23/10/17 e seus delegados levar sua posição para Plenária da FASUBRA

Dia 09 e 10 - Dias Nacional de Luta – com atos fora da Universidade e atividades nas praças, dialogando com a população. Dia 19/10 – Construímos um Ato em Defesa da Educação Pública. no Rio de Janeiro Dia 20/10- Seminário LGBT no Rio de Janeiro. Dia 20 a 22/10/17 – Plenária Nacional da Fasubra no Rio de Janeiro. Dia 23 de outubro como data indicativa para greve nacional, flexível, em caso de acordos de greve unitária com outras categorias em que precisamos ajustar a data da deflagração. Presente nesta Reunião na sede do ANDES do FONASEFE. DIA 04/10/2017 COORDENADORES FASUBRA : ANGELA-LAZARO-LUCIVALDO-ROBERTINHO

FENAJUFE - Dia 03/10 - Dia em defesa da Soberania Nacional - orientação seguir mobilização Fonasefe. Nosso sindicato RJ participou ativamente e teve atos em vários estados com participação da categoria.10/10 - Orientar os sindicatos a realização de atos em frente aos TREs e/ou nas Centrais de Atendimento ao eleitor, tendo em vista que dia 15/10 é a data de extinção das zonas. Esse projeto do Gilmar Mendes quer acabar com mais de mil zonas eleitorais em todo o país e busca voltar ao coronelismo com eleitores dependendo de favores para chegar nos cartórios eleitorais e exercer sua cidadania. Mesmo com toda a resistência que estamos fazendo mais de 400 zonas ha5 foram extintas no país com situações em que uma zona avançará até 6 municípios. 27/10 – Dia Nacional de Paralisação/Mobilização em Defesa do Serviço Público, com entrega da pauta de reivindicações dos SPFs no escritório da de Temer em SP. Também temos aprovado ato nacional em frente ao STF na data de julgamento embargos dos quintos e convidamos a todos e todas. Principal ameaça é a quebra da segurança jurídica que será quebrada se isso passar. Informaremos a data assim que for pautada a sessão. Convidar também para o encontro de Saúde Servidores e Servidoras no dia 24/11 em Brasília que irá discutir modelos de gestão, assédio moral, suicídios no trabalho e outros temas. Informaremos mais detalhes. Evento Fenajufe e Fenajud. A FENAJUFE aprovou o engajamento na coleta de assinaturas pela anulação da reforma trabalhista que tem o objetivo de projeto de lei de iniciativa popular mas também de manter a mobilização e a discussão na sociedade contra a reforma e a resistência a sua implementação.

SINASEFE - O Sinasefe realizou nos dias 9 e 10 de setembro plenária nacional da categoria. Assim aprovou os seguintes encaminhamentos: Exigir das centrais a construção de uma greve geral de 48 horas; Construir junto ao

Fonasefe paralisação de 48 horas do serviço público envolvendo servidores das três esferas; Construção da Greve dos SPFs; Paralisação e caravana a Brasília para a data anterior o dia da votação na Câmara dos deputados da reforma da previdência; Participar ativamente do dia 14/09/2017, onde possível com paralisações e participação de atos em defesa dos nossos direitos; Realização de debates, seminários, encontros nos estados e regiões que fortaleçam a unidade da classe trabalhadora; Implementar e fortalecer os comitês/fóruns contra as reformas da Previdência e em defesa do serviço público; Construir no Fonasefe/CNESF um Dia Nacional de Luta contra o PLS 116; Exigir das centrais a construção de uma greve geral de 48 horas; Caravanas das Seções/Bases do Nordeste no dia 14/09 para Pernambuco. Não ao PDV. Não ao PLS 116. Nos dias 23 e 14 realizou também seu primeiro encontro de comunicação (1º ECOS), para debater estrategicamente a comunicação do Sinasefe nacional e das seções sindicais.

2.Campanha de Valorização do Serviço Público (ANDES-SN e CONDSEF).

O ANDES-SN apresentou a sua proposta(orçamento de várias peças, inclusive a confecção de uma animação de vídeo), mas informou que não poderia trazer nenhum material pronto, já que ainda não tinha definição do fórum sobre a contratação da empresa. Também mostrou dois vídeos confeccionados para a entidade pela empresa Poti a respeito do assédio sexual no serviço público e também sobre a reforma da previdência .

A Condsef apresentou também uma proposta(orçamento com várias peças, inclusive um vídeo com atores) e os seguintes motes: Importância do serviço publico a população, prejuízo da emenda constitucional 95 para o serviço público e a sociedade, defesa do serviço publico de qualidade, tendo como chamada principal “o serviço público pede Socorro” .

Após o debate com várias intervenções, aprovou-se os seguintes encaminhamentos:

- **Definição dos motes para apresentar às empresas** : Importância do serviço publico a população; prejuízo da emenda constitucional 95 para o serviço público e a sociedade e defesa do serviço publico de qualidade.
- Além da campanha geral, as empresas devem apresentar proposta de **customização por setores/categoria do serviço público**.
- Caso as empresas solicitem um valor para apresentar as propostas finais(**peças prontas**), o ANDES e a CONDSEF estão autorizados a arcar com até R\$ 1.000,00, que será rateado entre as entidades. Caso o valor seja superior, haverá uma consulta por e-mail às entidades.
- Solicitar propostas de vídeo com animação e com atores para as duas empresas
- **Data da apresentação das propostas finais** : 18.10.17(quarta-feira)
- **Lançamento da campanha** : 27.10.17(Dia Nacional de lutas, mobilização e paralisação em defesa do serviço público)

3.Jornal do Fonasefe

Andes apresentou uma nova proposta de divisão dos temas no jornal : manter pagina inicial; nas páginas 2 e 3 focar nos ataques(Reforma da Previdência, PDV, projeto da quebra da estabilidade etc..) e na pagina 4 fazer um histórico da reunião ampliada que tratou da campanha salarial e atualizar o calendário de mobilização(incluindo o dia 10.11)

Após o debate, deliberou-se pelos seguintes encaminhamentos :

- Aprovar a proposta do Andes;
- Resgatar os textos anteriores que foram alterados;
- Criar uma comissão para finalizar a proposta(Andes, Fenajufe e CSP CONLUTAS) e apresentar no dia 18.10.17.

4.Avaliação da Plenária dos Trabalhadores da Indústria do dia 29.09.17.

Saulo Arcangeli (CSP/CONLUTAS) apresentou um informe, inclusive da participação da comissão do Fonasefe(FASUBRA- Adriana Stella e Toninho, FENAJUFE-Saulo Arcangeli, SINAIT-Marco Aurelio e SINASEFE- Paulo Reis) que fez uma fala, através da companheira Adriana, apresentando o calendário da jornada de lutas dos SPF's em outubro e a necessidade de uma unidade dos trabalhadores na perspectiva de construção da greve geral para barrar os ataques e as reformas do governo Temer, além de apresentar um manifesto produzido pela plenária (documento anexo).

5. Demais encaminhamentos.

- 1.O Coletivo Jurídico do FONASEFE acontecerá no dia 26.10, às 14h, na sede do Andes, com a seguinte proposta de pauta : PL da negociação coletiva; Reforma da Previdência e demais ataques ao serviço público; Quintos; Data-base; Contribuição Sindical; outras demandas.

2. Ampliar a discussão nas entidades que compõem o fórum sobre o projeto de negociação coletiva aprovado na CCJ da Câmara em caráter terminativo (pronto para sanção presidencial), inclusive com uma avaliação jurídica (pauta do coletivo jurídico do Fonasefe).
3. Registrar e apoiar as greves que acontecem em vários setores onde os patrões estão antecipando a implementação da Reforma Trabalhista, como no setor metalúrgico, a greve por tempo indeterminado da UNILEVER e a greve dos correios desde o dia 20.09.17.
4. Elaboração de Carta às Centrais Sindicais indicando a importância das centrais construírem o dia 10.11 e que se faça a greve geral. Indicar para que as entidades nos estados encaminhem esta carta para as centrais nos estados. Será disponibilizada a proposta no e-mail das entidades até sexta-feira (06), que terão até o dia 09.10 para se posicionarem sobre a mesma. (responsável: SINASEFE)
5. **Calendário da Jornada de Lutas e Mobilização de Outubro e Novembro dos Servidores Públicos Federais:**

10.10.17 : Atos em frente aos TRES e/ou das Centrais de Atendimento ao Eleitor, tendo em vista que dia 15/10 é a data de extinção das zonas eleitorais (**Fenajufe**).

19.10.17 : Ato em defesa da Educação Pública no Rio de Janeiro.

27.10.17 : Dia Nacional de lutas, mobilização e paralisação em defesa do serviço público/Dia do lançamento da **Campanha de Valorização do Serviço Público**.

10.11.17 : “Dia Nacional de Luta e Defesa de Nossos Direitos”, **com greves, paralisações e manifestações**.

6. A próxima reunião do FONASEFE será no dia **18.10.17**, no ANDES-SN, 14 horas, com a seguinte pauta:

1. *Informes das Entidades.*
2. *Aprovação da Campanha de Valorização do Serviço Público.*
3. *Aprovação do Jornal do FONASEFE.*
4. *Organização do dia 27.10.17*
5. *Discussão sobre a construção do dia 10.11.17.*
6. *Encaminhamentos.*

Relatório elaborado por Luciana Lindenmeyer (ASFOC-SN) e Saulo Arcangeli (CSP/CONLUTAS) com a relatoria de Marcelo Vargas (CNEFS).

Saudações Sindicais

FONASEFE

Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais

Resoluções do VIII Seminário Nacional de Motoristas Oficiais das IFES, CEFET's e IFET's

Uberlândia-MG

Universidade Federal de Uberlândia

09/08/2017 à 11/08/2017

Participantes do VIII Seminário Nacional de Motoristas Oficiais das IFES, CEFET e IFET's: 72 credenciados, de 21 Instituições Públicas de Ensino Superior de 14 estados e Distrito Federal.

Coordenação Nacional dos Motoristas Oficiais:

Aguinaldo Martins Ferreira - UFU

Amaury Joaquim de Faria – UFG

Antônio Clécio Saraiva da Silva - UFC

Antônio Sílvio de Oliveira - UFMG

Carlúcio Fleury Arantes - UFTM

Cláudio Rogério Carneiro Pimentel - UFC

Everton Santos - UFSM

Jorge Luiz Gomes de Souza – UFG

Sidney Oliveira Rodrigues - UNIRIO

Waldir de Paula Martins – UFMG

Pela coordenação colegiada do SINTET-UFU na participação e organização desse Seminário:

Aristides Valdivino de Paula

Carlos Dênis Pereira

Celeste Francisca da Silva

Cleide Maria de Jesus

Fernanda Rosa dos Santos

Lázaro Antônio de Almeida Silva

Lázaro Manoel Rodrigues

Maria Cristina Sagário

Oswaldo Rodrigues Silva

Robson Luiz Carneiro

Valdemiro Paulino de Lima

Pela FASUBRA Sindical na participação e organização desse Seminário:

Mário Costa de Paiva Guimarães Júnior

Relatoria: Alexandre Igrecias (Assessoria Política Sindical – SINTET-UFU)

RESOLUÇÕES:

- I. Considerando que o Golpe parlamentar-jurídico-midiático que constituiu o ilegítimo governo liderado por Michel Temer, que tem por objetivo reestruturar o serviço público alterando o padrão de financiamento dos serviços, desmontar as carreiras de servidoras e servidores; para atender as demandas de aumento da acumulação de capital por parte das frações do capital financeiro;
- II. Considerando que o avanço do modelo privatista que assola o serviço público transformando-o em mercadoria, com a política de terceirização, contratação de serviços, implantação de Organizações Sociais, EBSERH, contratação de bolsistas, desregulamentação de relações de trabalho, cobrança de mensalidades e outros;
- III. Considerando que a Emenda Constitucional nº 95/2016 reconfigura a Constituição Federal, e será o principal fator na desregulamentação do serviço público, e a consequente retirada de direitos sociais para a população; e que provocará um forte desmonte das Instituições Federais de Ensino Superior;
- IV. Considerando a tramitação da Medida Provisória 792/2017 no Congresso Nacional, que institui o Plano de Demissão Voluntária, a redução da jornada de trabalho com redução salarial e outras medidas que visam diminuir e precarizar o serviço público;
- V. Considerando que o PL 208/1998 em tramitação na Câmara das Deputadas e dos Deputados propõe o fim da estabilidade no Serviço Público, se configurando assim como uma medida que, se for aprovada pelo Congresso Nacional, vai precarizar as condições de trabalho nas Instituições Federais de Ensino Superior e nos demais estabelecimentos públicos;

- VI. Considerando que o PLS 116/2017 em tramitação no Senado Federal propõe o fim da estabilidade no Serviço Público, se configurando assim como uma medida que, se for aprovada pelo Congresso Nacional, vai precarizar as condições de trabalho nas Instituições Federais de Ensino Superior e nos demais estabelecimentos públicos;
- VII. Considerando a aprovação da Lei 13429/2017 que regulamenta a terceirização ampla e irrestrita, contribui para o desmonte do serviço público e o sucateamento das frotas das IFES, CEFET's e IFET's, enfraquecendo os concursos públicos e legitimando a ampla terceirização do trabalho nos setores públicos, inclusive nas Instituições Federais de Ensino Superior;
- VIII. Considerando assim que a Lei 13492/2017 se configura como um ataque a Lei 11091/2005 que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação;
- IX. Considerando que a aprovação da Contra Reforma Trabalhista via Lei 13467/2017, provocará uma reestruturação no padrão das condições de trabalho da classe trabalhadora brasileira, em que o "acordado" sobreporá sobre o "legislado";
- X. Considerando que se encontra em tramitação no Congresso Nacional de uma Proposta de Emenda Constitucional nº 287/2016 (PEC 287/2016) que trata de uma Contra Reforma da Previdência, que se aprovada significa na prática a destruição do sistema previdenciário público brasileiro e do acesso pleno à aposentadoria por parte da classe trabalhadora brasileira;
- XI. Considerando o aumento da criminalização dos movimentos sociais, com a contextualização retrógrada que aumenta a repressão apoiando-se na lei anti-terrorismo, bem como com o cerceamento ideológico a ser instituído dentro de estabelecimentos de ensino;
- XII. Considerando o impacto que sofrerá a população, decorrente da queda nas condições de acesso, bem como da qualidade e compromisso social do serviço que as instituições em que trabalhamos devem desenvolver;
- XIII. Considerando a necessidade de estabelecer a unidade das classes trabalhadoras e a articulação com movimentos sociais e comunidade universitária.

O VIII Seminário Nacional de Motoristas Oficiais das IFES, CEFET e IFETs, propõe que:

- 1) Lutar em conjunto com a FASUBRA e demais entidades do FONASEFE pela anulação da Emenda Constitucional nº 95/2016.
- 2) Lutar em conjunto com a FASUBRA pela derrubada da Medida Provisória 792/2017.
- 3) Lutar em conjunto com a FASUBRA e demais entidades do FONASEFE contra o PL 208/1998 e o PLS 116/2017.
- 4) Lutar em conjunto com a FASUBRA e demais entidades do FONASEFE pela anulação da Lei 13429/2017 que regulamenta de forma indiscriminada a terceirização.
- 5) Lutar em conjunto com a FASUBRA e demais entidades sindicais e populares pela anulação da Contra Reforma Trabalhista instituída pela Lei 13467/2017.
- 6) Lutar em conjunto com a FASUBRA e demais entidades sindicais, populares, estudantis e centrais sindicais, contra a PEC 287/2016. Propor a FASUBRA a confecção de uma carta a ser enviada para as centrais sindicais, solicitando que as mesmas realizem mais um dia de GREVE GERAL no decorrer desse segundo semestre contra a PEC 287/2016.

- 7) Estruturação na pauta, em conjunto com a FASUBRA, da defesa de concurso público, e fim da terceirização e da transferência de serviços para empresas privadas. Estimular a participação em fóruns da comunidade educacional pública via FASUBRA-UNE-ANDES-SINASEFE, para centralizar e potencializar ações de disputa de projeto de modelo de estado, através do 3º Encontro Nacional de Educação (ENE) que será realizado em 2018, e da Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE) que será realizado no primeiro semestre de 2018;
- 8) Discutir a organização administrativa do setor de transporte respeitando as particularidades das IFES;
- 9) Disputar as eleições das chefias imediatas no setor de transportes afim que haja eleições entre os pares;
- 10) Continuar pressionando e lutando pela aprovação da ascensão funcional;
- 11) Participar e disseminar os seminários locais e nacionais no que se refere à luta por concursos públicos e racionalização, do conjunto dos cargos do PCCTAE, para potencializar pressão e ação sobre os gestores, e fundamentar a argumentação e disputa da sociedade; potencializar a luta dos motoristas oficiais em todas as instâncias da categoria.
- 12) A sede do IX Seminário Nacional dos Motoristas Oficiais das IFES, CEFET's e IFET's será definida na primeira reunião da Coordenação Nacional de Motoristas, ficando a cargo de Santa Maria e Belo Horizonte verificar a possibilidade de sediar o evento com suas instituições de ensino e sindicatos de base.
- 13) A Comissão Organizadora do IX Seminário Nacional dos Motoristas Oficiais estará a cargo do sindicato de base da Fasubra da cidade-sede escolhida.
- 14) A Coordenação Nacional dos Motoristas Oficiais terá composição de doze (12) membros, sendo eles:
 - Aguinaldo Martins Ferreira - UFU
 - Amaury Joaquim de Faria – UFG
 - Antônio Clécio Saraiva da Silva - UFC
 - Antônio Sílvio de Oliveira - UFMG
 - Carlúcio Fleury Arantes - UFTM
 - Cláudio Rogério Carneiro Pimentel - UFC
 - Everton Santos - UFSM
 - Jorge Luiz Gomes de Souza – UFG
 - Sidney Oliveira Rodrigues - UNIRIO
 - Waldir de Paula Martins – UFMG
 - 2 (Dois) membros da cidade-sede escolhida.
- 15) Demandar para o grupo de trabalho nacional, a elaboração de instrumento para coleta de dados, como por exemplo, quantitativo de trabalhadores terceirizados das IFES, modelos de terceirização em curso (pessoal, serviço), setores de terceirização, proporção de terceirizados frente ao total de TAEs e de alunos, último concurso para o cargo de motorista oficial realizado, intensificação de quantos aposentados, e de quantos ativos, com tempo médio de serviço, entre outros;
- 16) Dar visibilidade, com faixas e boletins, da situação da luta dos motoristas oficiais, atuando dessa forma nas próximas paralisações e mobilizações da Fasubra no ano de 2017 e 2018;

- 17) Ratificar a luta pela racionalização dos cargos, em especial do cargo de motorista oficial, do nível de classificação C para D, pressionando ANDIFES e governo, para evitar o desmonte das instituições federais com a implementação da terceirização.
- 18) Ainda com relação à terceirização, procurar os parlamentares nos estados para cobrar a construção de projetos legislativos que prevejam concursos para todos os cargos em substituição à terceirização. Quando do momento de entrada em votação desses projetos, convocar a categoria para se fazer presente em Brasília pressionando no momento da votação.
- 19) Que a FASUBRA oriente os sindicatos de base, a constituírem grupos de trabalho em cada IES, construindo via sindicatos a defesa dos itens específicos da pauta. Debater nos GT's: condições de trabalho, jornada/hora-extra, banco de horas, levantamento de legislação, terceirização;
- 20) Que a FASUBRA encaminhe para a Andifes documento solicitando que todas as IFES, IFETS, CEFETS paguem todas as horas-extras e adicional noturno em viagem dos motoristas oficiais (pagamento de horas extras e adicionais noturnos nos sábados, domingos e feriados, nas proporcionalidades devidas, e após as 08 horas trabalhadas de segunda a sexta-feira), e que as chefias dos setores de transportes sejam eleitas democraticamente entre os trabalhadores do quadro desses setores; Levar à FASUBRA, considerando as especificidades da função de motorista oficial, a demanda sobre horas-extras, permitindo o pagamento para além dos limites diários, mensais ou anuais atualmente previstos.
- 21) Cobrar da Andifes e MEC a alteração do decreto que limita as 40 diárias anuais, permitindo ao cargo de motorista oficial, devido à sua especificidade, a ampliação deste limite, subsidiado por estudo jurídico a ser realizado pelas entidades de base e pela FASUBRA.
- 22) Lutar para que a utilização de veículos oficiais se restrinja ao que está estabelecido pela legislação vigente, de modo que se restrinja à condução de passageiros e cargas especiais por parte de motoristas oficiais, concursados. Para isso esse VIII Seminário propõe que a FASUBRA organize suas entidades sindicais de base a pautarem esse debate nos conselhos superiores competentes para tratar desse tema em cada IES.
- 23) Mobilizar a base de suas IFES, CEFET's e Institutos Federais na criação dos GT-Motoristas Oficiais, para a confecção de Notas Técnicas junto ao jurídico do seus Sindicatos de Base, para a realização de Concurso para Motorista Oficial, uma vez que o cargo NÃO está extinto, baseado na Nota Técnica da ASSUFSM-UFSM/RS (Anexo 1) e que o mesmo NÃO se encontra extinto pela Lei 9.632/98.
 - a) Que essas vagas **NÃO** sejam transformadas em outros cargos;
 - b) Que toda essa demanda citada acima, seja documentada por ofício e anexada a esses, as Notas Técnicas construídas pelas entidades para serem encaminhadas aos Reitores e Diretores, com a presença dos seus sindicatos de base e os seus jurídicos;
 - c) Que sejam instituídos GT-Motoristas Oficiais com reuniões mensais, e que preferencialmente se faça presente um integrante do sindicato de base, ou ainda, que esse GT se reúna no próprio sindicato.
 - e) Que a FASUBRA, através das entidades de base e CIS pressione no âmbito das Pró-Reitorias de Gestão de Pessoas a solicitação de concurso público para o cargo de Motorista Oficial.
- 24) Fazer valer junto à Andifes e o CONIF que a legislação que determina ao servidor autorizado/servidora autorizada à responsabilidade de condução de veículos oficiais seja somente para de uso veículo

individual e dentro das próprias atribuições do cargo do condutor, conforme a Lei Nº 9327, Artigo 1º, de 09 de dezembro de 1996.

- 25) Que a FASUBRA e os sindicatos fortaleçam a luta pela revisão das Orientações Normativas de números 06 (Insalubridade e periculosidade), 15 (conversão do tempo previdenciário) e 16 (aposentadoria especial).
- 26) Que a Fasubra e sindicatos de base promovam mobilizações e participação da categoria para aprovação do PLS 173/2008 (risco de morte), de autoria do Senador Paulo Paim, garantindo presença em todos os eventos relativos ao projeto, no qual os motoristas oficiais sejam contemplados por este projeto de lei.
- 27) Que a FASUBRA oriente as suas entidades sindicais de base e a Andifes a realizarem o debate sobre as propostas e encaminhamentos das resoluções desse Seminário junto a categoria e reitores/as das IES.
- 28) Lutar pela atualização dos valores das diárias, inclusive junto aos reitores das IFES, já que as vigentes estão defasadas desde 2009.
- 29) Que os sindicatos e a Fasubra orientem a constituição e funcionamentos dos GT's de motoristas oficiais, a realização de reuniões para acolhimento e criação, com objetivos de garantir melhorias e ajuda nas tratativas dos motoristas oficiais em problemas relacionados a sua instituição de origem.
- 30) Lutar em conjunto com a FASUBRA pela revogação da Lei 9632/1998.
- 31) Que a FASUBRA solicite reunião com a ANDIFES e CONIF para protocolar as reivindicações constantes nessas resoluções aprovadas nesse VIII Seminário Nacional de Motoristas Oficiais das IFES, CEFET e IFETs.
- 32) Que a FASUBRA e Sindicatos de Base promovam mobilizações e ações contra o Assédio Moral no ambiente de trabalho.
- 33) Que no próximo Seminário Nacional de Motoristas Oficiais seja convidado um representante do Ministério Público Federal e se reitere o convite à Andifes para o debate.
- 34) Que os sindicatos de base, juntamente com as IFES viabilizem a realização de estudos comparativos sobre a relação custo-benefício entre serviço terceirizado e o motoristas oficiais, veículos e outros serviços e cargos das IFES.
- 35) Que a FASUBRA faça gestão junto aos Sindicatos de Base e junto à ANDIFES para que as instituições financiem as exigências para o exercício da função, como as renovações de CNH, com base na Lei 11091/2005, respaldado no texto que se refere à capacitação do servidor. A solicitação se baseia no que já ocorre em outras instituições como a UNIFAL, UFOP e UFSM.
- 36) Aprimorar a comunicação da categoria, através da qual serão socializados documentos e informações pertinentes ao cargo de Motorista Oficial utilizando a lista de e-mails coletadas nos seminários e a lista existente para fins de conhecimento jurídico e organização política.
- 37) Que a FASUBRA oriente os sindicatos de base acompanhem os PAD's que envolvam os motoristas oficiais e a categoria em geral, prestando suporte político e jurídico.
- 38) Lutar junto às instituições para dispensar os motoristas oficiais do controle eletrônico de ponto, conforme consta dos parágrafos 4º e 5º do artigo 6º do Decreto 1590/1995.

PROPOSTAS DE ALTERAÇÕES NO ESTATUTO APROVADAS NO PRESENTE SEMINÁRIO:

- Coordenação Nacional dos Motoristas Oficiais: Ampliação de 10 para 12, sendo 2 membros da sede do Seminário futuro.
- Inserção do Hino Universal dos Motoristas.

- Realização de ao menos duas reuniões anuais da Comissão Nacional de Motoristas Oficiais na sede da FASUBRA, com possibilidade de reunião extraordinária em caso de necessidade, colocada com antecedência no calendário da FASUBRA;

Moções de Repúdio:

Perseguição Pelotas e IFRN – Aprovadas para redação da FASUBRA e Comissão Nacional de Motoristas e posterior publicação nas resoluções e no ID.

Uberlândia, 11 de Agosto de 2017

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES	
OUTUBRO	
09 e 10	Dias Nacional de Luta – com atos fora da Universidade e atividades na praças, dialogando com a população
17 e 18	Reunião da Direção Nacional da Fasubra – Rio de Janeiro-RJ
19	Ato Nacional em Defesa da Educação Pública, com caravanas da Fasubra das entidades próximas – Concentração na UERJ - Rio de Janeiro-RJ
20	Seminário Nacional LGBT da Fasubra
21 e 22	Plenária Nacional da Fasubra
23	Data indicativa para greve nacional, flexível, em caso de acordos de greve unitária com outras categorias em que precisamos ajustar a data da deflagração.
24	Dia Internacional de Ação Pela Despatologização das Trans.
28	Dia do Servidor Público (art. 236 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990).
NOVEMBRO	
08	Reunião Ordinária do FENTAS
09 e 10	299ª Reunião Ordinária do CNS
DEZEMBRO	
06	Reunião Ordinária do FENTAS
07 e 08	300ª Reunião Ordinária do CNS